



## ***LEI ORDINÁRIA Nº 1228***

*de 14 de novembro de 2019*

**"Autoriza o Poder Executivo a estabelecer normas e regulamentar,  
com base no artigo 25 da Lei Federal nº 8.666/93, o  
credenciamento para a prestação de serviços no âmbito do Poder  
Municipal, e dá outras providências".**

*O Prefeito do Municipal de Chapadão do Sul, Estado do Mato Grosso do Sul.  
no uso das suas atribuições legais, Faz saber que a Câmara Municipal  
decreta e eu sanciono e promulgo a seguinte LEI:*

### ***Art. 1º..***

*A presente Lei tem por objetivo definir características, condições, normas e competências para o credenciamento de pessoas físicas ou jurídicas nas situações em que o objeto a ser contratado pelo Município de Chapadão do Sul, através de seus órgãos, possa ser realizado simultaneamente por diversos contratados.*

#### ***1º.***

*O credenciamento não tem caráter exclusivo, podendo o órgão ou entidade contratante convocar, em igualdade de condições, todos os credenciados ao mesmo tempo ou, mediante sorteio ou rodízio, um ou mais de um credenciado para a realização do mesmo serviço, observadas as peculiaridades do serviço e do credenciado.*

## **2º.**

As atividades a serem atendidas pelo credenciamento necessitam de grande agilidade de execução e apresentam elevado grau de imprevisibilidade, abrangência, volume e complexidade, fatores estes que favorecem a utilização da presente modalidade de contratação.

## **Art. 2º..**

O credenciamento obedecerá aos princípios da isonomia, da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da economicidade, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e da celeridade.

## **Art. 3º.**

O credenciamento é um processo por meio da pré-qualificação, permanentemente aberto a todos os interessados, pessoa física e jurídica, que atendam os requisitos estabelecidos no Edital, observado o prazo de publicidade de no mínimo 15 (quinze) dias corridos e no máximo de 30 (trinta) dias corridos, que terá a sua duração por um período de 12 (doze) meses, podendo ter sua duração prorrogada por sucessivos períodos com vistas à obtenção de preços e condições mais vantajosas para a Administração limitada a 60 (sessenta) meses.

## **Art. 4º..**

O processo de credenciamento deve ser autorizado pela autoridade competente, ser processado mediante a elaboração de edital pelo órgão público interessado e atender no mínimo aos seguintes requisitos:

**I.**

*Explicitação do objeto a ser contratado devidamente justificado pela gerência solicitante;*

**II.**

*Fixação de critérios e exigências mínimas à participação dos interessados;*

**III.**

*Possibilidade de credenciamento a qualquer tempo por qualquer interessado, pessoa física ou jurídica;*

**IV.**

*Manutenção de tabela de preços dos diversos serviços a serem prestados, dos critérios de reajustamento e das condições e prazos para o pagamento dos serviços;*

**V.**

*Rotatividade entre todos os credenciados quando for, no estabelecimento público, e a escolha do usuário quando for, no estabelecimento privado, sempre excluída a vontade da Administração na determinação da demanda por credenciado;*

**VI.**

*Vedaçao expressa de pagamento de qualquer sobretaxa em relação à tabela adotada;*

**VII.**

*Estabelecimento das hipóteses de descredenciamento, assegurados o contraditório e a ampla defesa;*

## **VIII.**

*Possibilidade de rescisão do ajuste, pelo credenciado, a qualquer tempo, mediante notificação à Administração com a antecedência fixada no termo;*

## **IX.**

*Previsão de os usuários denunciarem irregularidade na prestação dos serviços e/ou no faturamento.*

### **1º.**

*A convocação dos interessados deverá ser feita mediante aviso público no Diário Oficial do Município, em sítio eletrônico oficial, podendo, ainda, ser veiculado em rádio ou televisão, a critério do órgão ou entidade contratante.*

### **2º.**

*O pagamento dos credenciados será realizado de acordo com a demanda, tendo por base o valor pré-definido pela Administração, a qual pode utilizar-se de tabelas de referência, devidamente aprovada pelo Conselho da área de atuação.*

### **Art. 5º.**

*Será nomeada, através de Portaria, a Comissão de Credenciamento, para analisar os documentos dos credenciados, nos exatos termos do Edital.*

### **Art. 6º.**

*A presente Lei será regulamentada por decreto do Poder Executivo.*

**Art. 7º..** *Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.*

*JOÃO CARLOS KRUG PREFEITO MUNICIPAL*

---

*Lei Ordinária Nº 1228/2019 - 14 de novembro de 2019*

*Este texto não substitui o publicado no Diário Oficial em*